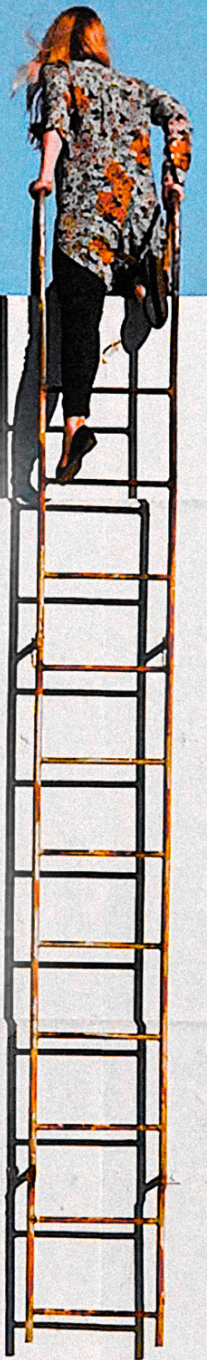


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)

Profª Drª Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

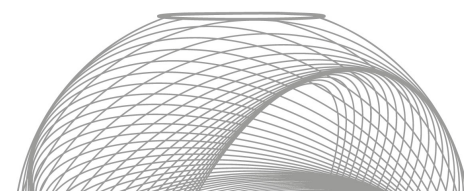
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....130

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia

Eleitoral.....147

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das Ações em um Contexto de Emergência.....174

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....195

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-Americanos215

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da Geografia Política.....230

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da Funcionalidade.....254

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....278

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE I

BASE

CONCEITUAL

COMENTÁRIO

Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher

Wanderley Messias da Costa
Universidade de São Paulo
wander@usp.br

Introdução

Integra este livro o artigo “Fronteiras: rejeição, apego, obsessão” do geógrafo, geopolítico e diplomata francês Michel Foucher, de longe o mais importante estudioso sobre esse tema na atualidade. Sua notável obra *Fronts et Frontières: un tour du monde géopolitique* de 1988 – comentada em nosso livro de 1992 - é um clássico de consulta obrigatória para os que se aventuram a discutir esse antigo e fascinante objeto de estudos da Geografia Política.

Como em seu livro *Obsessão por Fronteiras* de 2009, também agora neste artigo Foucher enfrenta com firmeza o debate nesse campo com as fortíssimas correntes de teorias neoliberais, pós-modernas e criticistas que especialmente a partir dos anos 1990, tornaram-se praticamente hegemônicas nas ciências sociais e em particular na Geografia Política.

Embalados pelo ambiente internacional otimista dos primeiros anos do Pós-Guerra Fria e contando com os impulsos da globalização econômica, do fortalecimento do multilateralismo e da bem-sucedida criação da União Europeia, juntaram-se teóricos de todos os quadrantes do espectro ideológico e epistemológico (dos neoliberais aos neomarxistas) para anunciar ao mundo o declínio dos estados nacionais, o esvaziamento do conteúdo geopolítico dos territórios e fronteiras e, no limite, decretar sumariamente o seu fim.

Essa inusitada aliança entre teóricos liberais e criticistas sobre os novos significa-

dos do estado, do território e principalmente da fronteira nacional está sustentada nas percepções sobre as profundas mudanças de larga escala nas três últimas décadas. Primeiro, na acelerada expansão mundial dos capitais financeiros, investimentos industriais e comércio internacional de bens e serviços, impulsionados sobretudo pela revolução tecnológica da informática, a conexão digital global e a desregulamentação econômica e tributária, esta última promovida nos âmbitos dos blocos regionais e dos estados nacionais.

Daí porque, para o neoliberalismo, a vitória do capitalismo e sua expansão são antes de tudo sua mundialização que deve se expressar material e geograficamente em *um mundo sem fronteiras*, como bem assinalado no texto, e são os criticistas, anticapitalistas e antiliberais em geral aqueles que na academia e nos movimentos políticos nacionais e globais mais enfaticamente têm defendido *o fim das fronteiras nacionais*, como expresso por Jacques Lévy e Michel Lussault em texto de 2003: “*Num mundo desmilitarizado e aberto às trocas, a fronteira perde seu sentido*”.

A experiência bem-sucedida da União Europeia com suas fronteiras abertas e o livre trânsito entre os países integrantes, ao lado da pressão exercida pelo acentuado crescimento dos fluxos migratórios internacionais forçados e voluntários nas últimas décadas, são fatores que também têm contribuído para sustentar essa posição. Para seus defensores, a persistência das linhas de separação entre países (ou entre a União Europeia e o resto do mundo) funcionariam como anacrônicas barreiras e uma evidente expressão da face autoritária dos estados nacionais e, além disso, seus aparatos de controle fronteiro (militar e civil) violariam os direitos humanos universais ao selecionar ou impedir a entrada de imigrantes e a livre circulação dos indivíduos.

Ocorre que o mundo atual, com seu imenso e emaranhado mosaico de duas centenas de antigos, novos e novíssimos estados nacionais e milhares de comunidades étnico-culturais e seus respectivos territórios e regiões, é profundamente diversificado e complexo e, como nos lembra Joseph Nye, nele as relações internacionais constituem um notável coquetel de continuidades e mudanças e, portanto, as ideias (ou ideais) em torno do fim das fronteiras estão mais próximas de um *wishful thinking* que o demonstrado pelos resultados das recentes pesquisas abrangentes e aprofundadas sobre a realidade internacional contemporânea e suas tendências em curso. Também neste caso, elas contrariam essas suposições e comprovam empiricamente tendência oposta, isto é, que se encontra em pleno curso um acentuado processo de revigoração dos estados nacionais desde, pelo menos, meados dos anos 2000.

A primeira ilustração dessa contratendência é o forte impacto mundial do reerguimento da Rússia (processo que será examinado adiante), e da impressionante ascensão da China, dois estados nacionais centralizadores, em plena trajetória de reafirmação de seu poder no mundo e que constituem duas grandes potências com reservas de poder que lhes possibilitam rivalizar com os EUA, compondo um cenário geopolítico mundial a que denominamos *mundo tripolar* em texto de 2015.

A segunda foi a decisiva atuação dos governos nacionais no recente combate à epidemia mundial do Covid-19, na qual a maciça mobilização de seus recursos políticos, materiais, logísticos e especialmente econômico-financeiros, assegurou as condições que permitiram aos países enfrentar aquela grave ameaça de escala global à

saúde pública. Para se ter uma ideia dos recursos mobilizados pelos governos nessa batalha, segundo estudo da Universidade Colúmbia, o dispêndio total mundial foi estimado em US\$ 7.2 trilhões e dados dos respectivos governos demonstram que o dos EUA foi de US\$ 2.9 trilhões e o do Brasil de R\$ 700 bilhões.

Além do mais, e ainda que em decorrência de acordos bilaterais ou multilaterais venha a ocorrer a supressão do aparato institucional e material das fronteiras e, em consequência, as respectivas zonas contíguas tornem-se espaços de livre circulação e possam se configurar como novas regiões de integração, seu conteúdo primordial subsistirá. Como Foucher observa com precisão, “uma fronteira não é um traço abstrato, mas uma instituição, inscrita no direito e estruturante, resultado de conflitos e tratados, de negociações e de decisões. Atravessá-la facilmente não a anula”. Além disso, é preciso frisar que as particularidades dos dois países permanecerão nas suas respectivas culturas e em seus valores profundos, nas instituições políticas e em muitos aspectos da economia e da vida cotidiana das suas populações, posto que elas representam e funcionam para as comunidades nacionais aquilo que Paul Guichonnet e Claude Raffestin em seu belo livro de 1974 (*Géographie des Frontières*) entendem como sendo *disjuntores de tempos desiguais*.

Como assinalado ainda por Foucher, pesquisas recentes demonstram que as fronteiras nacionais nas últimas décadas têm crescido em número e extensão total e, ao mesmo tempo, na sua diversificação quanto aos tipos e funções, confirmando a tendência de processos em curso de rearranjos, acomodações e reconfigurações geopolíticas com rebatimentos territoriais e regionais em todo o mundo. Afinal, sabemos que fronteiras não são apenas limites políticos e jurídicos, mas construções históricas *inerentes e aderentes* aos territórios e suas comunidades nacionais. Imaginar um mundo sem fronteiras implicaria, na prática, dissolver ou anular essas trajetórias históricas, culturais e geográfico-políticas com suas particularidades e singularidades que em determinados casos possuem mais de dois mil anos e, no limite, também equivaleria a reduzir drasticamente o poder do estado nacional ou promover o seu desaparecimento, dando lugar a uma imaginária e original arquitetura política e geopolítica que se constituiria enquanto uma novíssima ordem mundial, algo do gênero a que James Rosenau, em 1992, denominou *governança sem governo*.

As guerras e a dança das fronteiras

É preciso acrescentar a essa reflexão o exame do papel crucial das guerras nos processos de construção e posteriores reconfigurações de territórios e fronteiras ao longo da história, em especial desde o advento dos estados nacionais modernos. Essa é uma grave lacuna nos estudos dessa área, em especial nas atuais Geografia Política e geopolítica autodenominadas *críticas*. Sobre esse ponto, Anthony Guiddems observou com fina ironia que as ciências sociais e particularmente o marxismo tem sérias dificuldades para lidar com os temas das relações internacionais e sobretudo as guerras.

Essa restrição epistemológica pode ser explicada, no caso das vertentes críticas pós-modernas, pela sua demonstrada carência de recursos metodológicos e analíticos

que lhes impedem um olhar abrangente para os múltiplos significados das guerras, aliada à ideia predominante de que elas e seu corolário de violência não integrariam os processos e fenômenos especificamente sociais, culturais e políticos e constituiriam, portanto, espécie de desvios ou *pontos fora da curva* no curso da história.

Com relação às correntes marxistas, essa deficiência se deve sobretudo à persistente influência de antigas posições ideológicas e teóricas ortodoxas e reducionistas que se expressam claramente, por exemplo, na associação automática das guerras contemporâneas ao imperialismo capitalista ou, ainda, na enraizada convicção de que toda guerra é movida por objetivos econômicos como recursos naturais e mercados, dentre outros. Recusam-se assim a admitir a autonomia relativa da dimensão especificamente política e, portanto, dos movimentos e a luta pelo poder de grupos e instituições da sociedade civil organizada (como os partidos e demais organizações).

Ao mesmo tempo, na política internacional, ignoram ou subestimam o papel das instituições multilaterais, do direito internacional e dos acordos, tratados e convenções e da luta pelo poder no âmbito dos países e entre estados nacionais e, por isso, também não são capazes de compreender que as guerras constituem antes tudo um fenômeno primordialmente político, estratégico e geopolítico, isto é, uma explícita manifestação da permanente luta pelo poder no espaço mundial.

Daí porque as novas gerações e entre elas os jovens estudiosos dessa área deveriam dar mais atenção aos impactos das duas grandes guerras do século XX com suas dezenas de milhões de mortos, ao lado do desaparecimento, surgimento e ressurgimento de dezenas de novos estados nacionais. Além disso, lançar um olhar para a abrangente e sistemática ação das potências coloniais da Europa (especialmente Inglaterra e França) com sua violenta imposição de traçados artificiais entre antigos reinos, povos e etnias da África e da Ásia. Tratou-se de processos nos quais era frequente que, seja por disputas entre elas próprias, ou fazendo uso das fragmentações pré-existentes das suas comunidades políticas-culturais, antigas monarquias e nações foram seccionadas de modo arbitrário, mediante o estabelecimento de fronteiras que não guardavam nenhuma correspondência com as suas respectivas e particulares histórias.

No norte da África e no Oriente Médio, essa ação demarcatória de limites das potências coloniais também produziu uma repartição político-territorial que em geral não correspondia às respectivas histórias nacionais daquelas regiões, salvo poucas exceções, como os exemplos do Egito e da Pérsia (embora nesta última ainda ocorra a sua difícil convivência com os Curdos). Nessas regiões, o chamado mundo árabe foi completamente partilhado em diversas administrações coloniais nas primeiras décadas do século XX, cuja configuração resultou basicamente das disputas entre as potências e suas múltiplas estratégias de dominação, dentre as quais ressaltam suas articulações e alianças envolvendo antigas dinastias, tais como os principados, sultanatos e califados, por exemplo.

Nesse processo, grupos étnicos de todos os tipos e inúmeras comunidades tribais primitivas que jamais haviam colocado para si próprios o imperativo de se constituírem em comunidades políticas nacionais territorialmente definidas, mediante fronteiras precisas (naquele seu significado que possuem para o estado soberano

européu clássico), acabaram sendo segregadas ou confinadas – com o emprego de mecanismos explícitos de coerção externa - em compartimentos territoriais diversos e sob o domínio de uma ou mais administrações coloniais.

Com isso, segundo sua lógica e de modo arbitrário, o domínio colonial implantou naquele continente uma particular configuração geopolítica que se sobrepôs de modo cruel a uma diversidade cultural que abrangia 700 grupos étnicos e 1.200 línguas. Em síntese, é no continente africano, principalmente, que essas disjunções, descontinuidades e fragmentações são ainda mais graves e é por isso que justamente ali, mais adiante, eclodirão as sangrentas e prolongadas guerras de descolonização desses povos a partir do final da Segunda Guerra Mundial, não por acaso conhecidas como *guerras de libertação nacional*.

Daí porque a tentativa de separar guerras e fronteiras representa, além de uma impossibilidade lógica e empírica, promover a sumária dissolução do núcleo duro desse antigo objeto teórico do nosso campo de investigação, posta elas constituem uma modalidade de *par ontológico* e um amálgama da história com a Geografia ou, em outros termos, da sociedade com o território. Nesse sentido, como visto, todas as fronteiras atuais estão impregnadas pela história social, política e cultural, e em alguns casos, pela força da ancestralidade das comunidades nacionais que as construíram.

Ainda sobre essa questão, sabe-se que desde pelo menos o Tratado de Westfália, os traçados precisos dos limites entre estados soberanos são de modo geral o resultado de tratados e os diplomatas costumeiramente reiteram esse fato. Mas é preciso reiterar também que são raros os tratados que não tenham sido precedidos de contenciosos e conflitos armados e, portanto, especialmente a partir do século XIX, quase todos os limites e fronteiras do mundo encontram-se impregnados pelas marcas e heranças materiais e imateriais de violência, destruição e mortandade provocadas pelas guerras.

Não se pode, portanto, perder de vista que na maioria dos conflitos armados jamais poderá haver no final igualdade absoluta entre os dois ou mais estados envolvidos. Nesse sentido, deve-se olhar para a dupla face dos tratados de paz e de fronteiras entre dois ou mais países em conflito, pois se de um lado eles expressam as condições negociadas pelos contendores para o estabelecimento de uma paz duradoura, de outro, eles estarão indelevelmente marcados pelo indisfarçável contraste das percepções e estados de espírito dos dirigentes políticos, estamentos militares e populações civis entre vencedores e vencidos sobre desses tratados, sobretudo quando, além das perdas humanas e materiais, ocorrer a *mutilação de territórios* e, por consequência, a drástica redução de poder político e militar dos derrotados.

Como ilustração, vejamos alguns eventos internacionais que são considerados antológicos sobre essa questão. A Bolívia, por exemplo, é provavelmente o país que mais sofreu mutilações territoriais em toda a história contemporânea: para Argentina e Brasil na Guerra do Paraguai (1864-1870), o Chile na Guerra do Pacífico (1879-1883) o Brasil na “Revolução Acreana” (1903) e o Paraguai na Guerra do Chaco (1932-1935). Dentre todas essas perdas, aquela que é considerada a mais grave e insustentável para os bolivianos foi a perda do território do Atacama e de um trecho de 400 Km de seu litoral para o Chile, o que lhe retirou a saída para o mar. Desde então, todos os governos do país reivindicaram junto ao seu vizinho e aos fóruns internacionais a retomada das negociações visando alterar o Tratado de Paz que sacramentou esse

status quo territorial-fronteiriço daquele pós-guerra

Como nos ensinam os estudos sobre os resultados dos conflitos de ontem e de hoje, as derrotas e seu corolário de consequências negativas tendem a formar um caldeirão em que fermentam sentimentos sombrios como frustrações, ressentimentos e ódio que constituem impulsos extra políticos e geopolíticos que poderão contribuir não apenas para um ambiente bilateral ou multilateral de relações cordiais mas indistintamente gélidas, mas também para aquelas tendentes ao antagonismo e às fricções ou, no limite, como forte ingrediente que somado às condições objetivas e materiais, poderá desencadear um novo conflito.

Sob esse aspecto, assim como os estudiosos da forte corrente das ciências sociais atuais dedicada aos conflitos identitários em todo o mundo enfatizam o direito das comunidades étnicas de preservar e lutar pela manutenção e resgate de sua cultura e identidade ancestrais, bem como o direito ao *não esquecimento* e à reparação frente às perseguições, opressões e atrocidades por elas sofridas no passado, pode-se conceber também que estados e comunidades nacionais mantenham vivas no presente a memória das derrotas e perdas do passado e a disposição para, eventualmente, retornar a luta pelo resgate de seus direitos perdidos, pelos meios de que dispuser, aí incluído o uso da força.

Sobre esse tema, pode-se também resgatar os grandes episódios de atrocidades, chacinas e massacres de praticamente povos inteiros, conhecidos como *limpeza étnica* ou genocídio. Esse é o caso do chamado *genocídio armênio*, ocorrido entre 1915 e 1923 em que tropas do Império Turco-Otomano invadiram o país em retaliação ao seu apoio à Rússia na guerra e atacou com rara violência especialmente a população civil que resultou, no final, em estimados 1,5 milhão de mortos. Outro caso desse gênero foi o genocídio da etnia Hutu no Burundi, em 1972, conduzido pelo povo Tutsi que era a maioria da população nesse país e não aceitava a liderança política dos hutus e que resultou na morte de 200 mil civis.

Em 1994, certamente como espécie de retaliação aos episódios de 1972, ocorreu o genocídio da etnia Tutsi durante a guerra civil de Ruanda, em 1994, quando a elite civil dos hutus liderou um grande massacre entre abril e julho desse ano contra a população civil dos tutsis, resultando, segundo estimativas, em 800 mil mortos. Em 1995, na Europa que então celebrava sua unificação e a abertura plena de fronteiras, durante a chamada Guerra dos Balcãs (1992-1995) impulsionada pela dissolução da antiga Iugoslávia e as disputas em torno da redefinição de territórios e fronteiras nacionais, tropas sérvias na Bósnia e Herzegovina foram responsáveis pelo massacre conhecido como *genocídio bósnio*, com destaque para o terrível episódio de Srebrenica em que 8.500 civis foram mortos.

Ainda sobre a relação entre fronteiras e conflitos bélicos no mundo atual, destaca-se o antigo e recorrente conflito árabe-israelense iniciado com a criação de Israel em 1948 e em que é acentuada a prevalência de disjunções e disputas de toda natureza, com destaque para as étnicas, religiosas, culturais, políticas e geopolíticas, como se sabe. Dentre os inúmeros confrontos militares nessa região, destacam-se pela sua abrangência e consequências geopolíticas, primeiro, aquele de 1967 (a Guerra dos Seis Dias) em que Israel derrotou militarmente o Egito, a Síria e a Jordânia e ao final

anexou territórios dos três, respectivamente, a Península do Sinai, as Colinas de Golã e a Faixa de Gaza, incluindo parte de Jerusalém.

O segundo ocorreu em 1973 (a guerra do Yom Kippur), em que Egito e Síria juntaram-se para tentar retaliar Israel e retomar seus territórios perdidos e foram novamente derrotados. Desde então, e apesar das condenações internacionais, Israel mantém-se irredutível com relação aos territórios ocupados, postura que é agravada pela sua decisão de promover seu povoamento, de ampliar e fortalecer com muros a rígida separação das linhas de fronteira com os territórios palestinos e de manter um duro e repressivo dispositivo militar para o controle de suas populações.

Ainda sobre as guerras e a mobilidade das fronteiras, certa vez indagaram a um fazendeiro mexicano do Novo México como ele se sentia enquanto um estrangeiro estabelecido nos EUA. Ele respondeu que diversas gerações de sua família viviam naquele mesmo lugar há quase dois séculos, de lá nunca saíram e quem mudou a linha de fronteira de lugar não foram eles, mas o Tratado de Paz de 1848 entre os dois países após a derrota mexicana na guerra que lhe impôs pesadas perdas de territórios.

Em síntese, é sobretudo nas guerras que territórios são expandidos ou mutilados e com isso as configurações geopolíticas e os limites e fronteiras se movimentarão conforme o equilíbrio de forças, como se fossem *isóbaras políticas* na feliz imagem de Jacques Ancel em seu livro de 1938, quando este se referiu à natureza presumivelmente instável das fronteiras em contextos geopolíticos de competição e conflito envolvendo impérios ou estados soberanos.

Nações, regiões, autonomias e fronteiras híbridas

As instabilidades e a movimentação de fronteiras também podem expressar a atuação de linhas de fratura na unidade ou coesão político-territorial dos estados nacionais, processo que é de modo geral conhecido como luta por autonomia ou, no limite, por emancipação nacional ou simplesmente *movimento separatista*. Trata-se de um quadro de recorrente fricção cultural, ideológica e política, no qual se revelam com toda a sua crueza o desequilíbrio, a desarmonia e o antagonismo entre o exercício da soberania por parte dos estados e o direito legítimo à autonomia – ou à autodeterminação - das unidades subnacionais. Nas situações-limite de tensões e conflitos, quando irrompem com violência movimentos de ruptura por uma das partes do pacto jurídico-político que cimentava e regulava as relações entre o poder central e uma ou mais comunidades subnacionais, revelam-se aí em sua forma mais pura as duas faces conflituosas de uma coexistência que é, como vimos, construída e mantida sobre valores e objetivos intrinsecamente contraditórios e muitas vezes irredutíveis.

Esse é um aspecto facilmente observável, por exemplo, na análise das leituras e dos discursos particulares dos contendores sobre os mesmos acontecimentos. Para o poder central, trata-se invariavelmente de um movimento secessionista, desagra-

dor ou simplesmente separatista e que representa, em suma, uma ameaça concreta à sobrevivência do estado-nação, fato que em geral requererá uma rápida e eficiente mobilização por parte do poder central, que por tender a concebê-la como um grave quadro potencial de guerra civil, decidirá ao final pelo emprego da força militar.

Para a “província rebelde”, entretanto, trata-se com frequência da culminância de um processo no qual ela obteve sucesso na transformação de uma força cultural e identitária em força política de mobilização, cuja meta final é o alargamento dos seus horizontes de autonomia e, a partir daí, eventualmente, lograr transformá-la em força político-militar preparada para o uso da violência armada contra o poder central opressor. Nesse caso, esse movimento terá agora como horizonte não mais conquistas por autonomia, mas a *soberania* de fato e de direito, isto é sua *emancipação política* integral, tema recorrente que foi examinado pelos autores do livro organizado por Henry Lelière, em 2002 (*Les Régions en revolte contre les États?*).

Destaque-se a propósito o acentuado crescimento dos diversos movimentos por autonomia política de grupos étnicos ou nacionalidades, como é o conhecido casos do povo Curdo que se espalha por quatro países e que trava antiga e acirrado conflito na Turquia e o recente o caso do movimento frustrado de luta pela emancipação nacional da Catalunha. Lembre-se, a propósito, que devido a esses movimentos autonomistas, a Espanha possui um especial arranjo político-territorial interno, constituindo-se de fato em uma confederação de regiões ou províncias autônomas.

Além disso, no caso da China, o Tibet foi anexado em 1951, na esteira da revolução, Hong Kong era uma colônia britânica até 1997 quando foi reincorporada e, a exemplo de outras províncias, ela possui o estatuto formal de *região autônoma*. O plano inicial de coexistência pacífica entre essa rica e ocidentalizada província e o governo central não se viabilizou e nos últimos anos os conflitos envolvendo a luta por autonomia *versus* estratégias de centralização tornaram-se agudos e, hoje, o quadro político é o de controle praticamente absoluto do governo chinês sobre Hong Kong. Há ainda o caso especial da província de Xinjiang, em que vive a minoria étnica dos *uigures* que são muçulmanos, lutam por emancipação nacional e são por isso duramente perseguidos pelo governo central chinês.

Ordem Mundial, grandes potências e fronteiras

A Ordem mundial atual é caracterizada pela predominância de dois processos dominantes. De um lado, a descentralização do poder que se expressa, sobretudo, no fortalecimento de antigas e novas potências médias e, de outro, pela projeção regional e global de poder e a rivalidade entre as três grandes potências.

No caso da China, sua acelerada ascensão atual como grande potência também se expressa na requalificação das suas relações especificamente fronteiriças com alguns de seus vizinhos. No *front* continental, suas relações com a Rússia evoluíram de um quadro de forte antagonismo nos anos de 1960, marcado por disputas, intensa

militarização e confrontos de pequena escala (1969) no estratégico trecho de fronteira do Vale do Rio Amur, para o estágio atual, iniciado com a distensão e em seguida pela cooperação no Acordo de Fronteiras de 1991 que regularizou a maior parte dos limites de 4.300 Km que dividem os dois países.

Desde então, as relações entre essas duas grandes potências evoluíram rapidamente até o atual quadro de ampla cooperação bilateral, processo esse que se consubstancia especialmente pelos impactos do Acordo de Cooperação de Xangai, de 2001. Trata-se de estreitamento de relações nos últimos anos que se deve, sobretudo, ao acentuado antagonismo de ambos aos EUA/OTAN e que é claramente observável hoje na Guerra da Ucrânia, pelo apoio político chinês à Rússia e a possibilidade de que este venha a se traduzir em apoio militar.

No *front* marítimo, no Pacífico de Leste, as relações de fronteira da China são de outro tipo e marcadas atualmente por um ambiente geopolítico com fortes tensões, disputas e conflitos com quase todos seus vizinhos. O mais emblemático desses casos é sua explosiva relação com Taiwan (o território insular de Formosa), um país sem o *status* de Estado, mas que é tratado pela maioria da comunidade internacional como se assim o fosse, é protegido por forte dispositivo militar dos EUA desde o final da revolução de 1949 e considerado pelo governo chinês como uma “província rebelde”. Além disso, a China está envolvida em um quadro de duras disputas no Mar do Sul da China com Japão, Tailândia, Vietnã, Brunei e Malásia em torno dos traçados de seus limites fronteiriços marítimos (mais propriamente limites entre águas jurisdicionais), bem como os direitos de cada um sobre um grupo de pequenos territórios insulares dessa região.

Na Rússia e em seu entorno regional e estratégico ocorreu, como se sabe, a mais espetacular *dança de territórios e fronteiras* do mundo atual desde o final da Segunda Guerra. Tornada União Soviética em 1921, sua derrota na chamada *Guerra Fria* frente ao Ocidente capitalista liderado pelos EUA, pela primeira vez envolveu uma longa e duríssima contenda genuinamente geopolítica e de escala mundial, mas na qual não se disparou um só tiro. O ambiente de efervescência política internacional dos anos oitenta atingira duramente o chamado mundo socialista, da esfera de influência direta da União Soviética, ou o Leste Europeu.

Nessa grande potência, em especial, a ascensão ao poder de um grupo liderado por Mikchail Gorbachov estava disposto a iniciar reformas políticas e econômicas estruturais – a *Glasnot* e a *Perestroika* - que fossem capazes de promover um processo de acelerada modernização do país e que era, a seu ver, a única alternativa que lhes restava para enfrentar as crescentes ameaças de declínio e de dissolução, representadas, sobretudo, pelos movimentos *centrifugos* das suas diversas repúblicas, regiões e povos diversos, os descontentamentos da população com as condições de vida e à ausência de liberdades políticas e o atraso e a crise de setores vitais da sua economia. O auge da crise e a conseqüente dissolução desse sistema envolveram primeiramente a sua órbita de influência direta, conhecida como o Leste Europeu.

Iniciou-se pela Iugoslávia, uma república federativa socialista *sui generis* integrada por cinco antigas nacionalidades dos Bálcãs que se associaram após a Segunda Guerra Mundial, e que foi violentamente abalada e desintegrada pelas rivalidades

entre as diversas facções após a perda do seu líder histórico, Joseph Tito. Na Polônia, fortalecia-se a mobilização política nacional, em torno das aspirações de autonomia, simbolizada no chamado movimento operário Solidariedade, nascido nos estaleiros de Gdansk e, posteriormente, concretizada na eleição de Lech Walesa para presidente do país.

Na Tchecoslováquia e na Hungria também eram registrados diversos movimentos de descontentamento com os seus respectivos regimes políticos e o domínio soviético, enquanto na Romênia, seu burlesco e decadente governo ditatorial agonizava a olhos vistos. Em síntese, o colapso da URSS em 1991 e o fim de seu império territorial e político e o desmonte do bloco sob seu comando formado pelos países do Leste Europeu representou, dentre os seus efeitos mais abrangentes, o final de fato da Ordem Mundial bipolar.

Retomando sua antiga configuração político-territorial, a Rússia pós-1991 passou a trilhar sua nova trajetória enquanto Estado-Nação e destacado player da atual política internacional, processo que examinamos em nosso texto de 2015 (*O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial*). Marcada pela sua recuperação política, econômica e militar a partir do início dos anos 2000, sob a liderança de Putin, sua estratégia focou, primeiro, fortalecer sua coesão interna combatendo duramente movimentos separatistas, a exemplo da dura repressão envolvendo massacres de populações civis na Tchecênia. Em seguida, sua prioridade estratégica e geopolítica centrou-se na retomada e manutenção de sua influência de seu entorno regional e estratégico, isto é, as novas fronteiras das antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central e, sobretudo do *front* ocidental europeu, agora controlado pelos EUA e OTAN que expandiram seu domínio ao incorporar justamente esses países do Leste Europeu, numa evidente estratégia de contenção, ou mais propriamente, de estrangulamento da Rússia.

Também nesse texto examinamos aquela que pode ser chamada de *primeira guerra* Rússia-Ucrânia, de 2014, um conflito inusitado que marca o retorno com pleno vigor da velha geopolítica centrada na indisfarçável disputa por poder e território e fronteira, ou seja, a retomada do que chamamos acima de uma espécie de *dança* embalada pelas guerras. Prova disso é que desse conflito resultou a anexão da Criméia e a ocupação de fato das províncias orientais ucranianas por rebeldes apoiados pelos russos. Em 2021 ocorreu a escalada dessa guerra com a invasão da Ucrânia por tropas russas e que representa, sob todos os aspectos, o mais agudo e perigoso conflito originado por esse abrangente e incandescente quadro atual de tensões e fricções nessa estratégica região do mundo. Desta feita, além dos ataques sistemáticos a todo o país, a Rússia endureceu seu controle militar sobre a Criméia e anexou de fato as províncias orientais ou região de Donbass da Ucrânia.

América do Sul e seus contenciosos fronteiriços

Examinando brevemente essas questões na América do Sul, nossa região de referência, destacam-se os relativamente antigos e de modo geral *adormecidos* contenciosos, mas que vez por outra manifestam-se sob a forma de tensões, fricções e até mesmo conflitos armados. Dentre eles, permanece o antigo litígio da Argentina com o Reino Unido em torno das Ilhas Malvinas/Falklands, no Atlântico Sul, uma disputa pelo antigo território colonial que os conduziu à guerra em 1982. Após a invasão do arquipélago por tropas argentinas em abril daquele ano, o Reino Unido retaliou prontamente enviando à região um poderoso aparato militar formado por uma força-tarefa da Marinha com dois porta-aviões e 115 navios de guerra - uma evidente superioridade em relação aos argentinos - que apesar de sua dura resistência e especialmente pela atuação de sua aviação de combate, acabaram derrotados após pouco mais de dois meses de combates.

Encerrado o enfrentamento, o saldo principal da guerra foi um total de 900 combatentes mortos e a retomada da soberania desse território pelos britânicos. Anos depois, os 3.000 habitantes do arquipélago decidiram em plebiscito sua preferência pelo domínio britânico e, desde então, o Reino Unido tem atuado para transformar essa sua possessão ultramarina em uma bem equipada base militar aeronaval com posição estratégica no Atlântico Sul e na América do Sul.

De sua parte, todos os governos argentinos desde o desfecho do conflito militar, têm se mantido irredutíveis na reivindicação nacional pela soberania desse território e se engajado na luta por todos os meios diplomáticos de que dispõem junto aos fóruns internacionais para forçar o Reino Unido a sentar-se à mesa de negociações em torno dessa questão (recentemente a OEA aprovou recomendação nesse sentido), um objetivo que até o momento tem sido frustrado pela firme posição contrária dos britânicos.

Outro importante contencioso fronteiriço envolvendo a Argentina é o que mantém com o Chile na região do Canal de Beagle, uma disputa por limites marítimos que quase levou os dois países à guerra em 1978 e que foi solucionado pela arbitragem do Vaticano seguida pelo Tratado de Paz de 1984. Entretanto, novo evento nas disputas sobre essa região ocorreu em 2021, provocado pela decisão chilena de ampliar os limites marítimos de sua plataforma continental e, com isso, teria se apropriado de área pertencente à Argentina. As disputas sobre essa região continuam, portanto, ainda que desta vez em nível menor de intensidade.

Também é conhecido o antigo contencioso entre a Venezuela e a Guiana em torno de *Essequibo*, um território de 159.000 Km², caso em que os governos venezuelanos têm rejeitado sistematicamente, desde 1899, a decisão da arbitragem internacional que concedeu esse território ao Reino Unido. O governo de Hugo Chávez, por exemplo, fez diversas ameaças de intervenção militar à Guiana visando à retomada pela força do referido território. Com a crise venezuelana, as tensões diminuíram, mas recentemente se intensificaram novamente, principalmente pelos impactos do início

de exploração petrolífera na Guiana que ocorre justamente no território em disputa. Em 2018 esse país ingressou com pedido de abertura de julgamento sobre o caso na Corte Internacional de Justiça, mas o governo venezuelano não reconhece a legitimidade desse organismo para solucionar o conflito.

Ainda que não envolva disputas territoriais, cabe destaque para o prolongado e abrangente conflito da Venezuela e seu transbordamento para os países vizinhos e a região em geral. Estimativas da ONU apontam que, desde o agravamento da crise econômica e política venezuelana, a partir de 2015, aproximadamente 3 milhões de venezuelanos atravessaram essa fronteira em direção à Colômbia (estima-se que 50% do total), além de Equador, Peru e Brasil. Houve impactos de todo o tipo, incluindo as turbulências e conflitos nas fronteiras. A mais emblemática delas é a de Colômbia-Venezuela (Cúcuta-San Antônio de Táchira), fechada desde o início de 2019 e que se tornou por isso um *hot point* dos dramáticos efeitos sociais de rivalidades, crises e conflitos envolvendo as relações entre os dois países, os alinhamentos externos de ambos e as fraturas políticas e geopolíticas sul-americanas dos últimos anos.

Em menor escala e com outras características, esse quadro se reproduz na fronteira Venezuela-Brasil (Pacaraima-Santa Elena de Uairén), que permanece aberta (apesar da ruptura entre os dois governos) e conta com o apoio do Exército brasileiro e do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR/ONU), que implantaram aparatos de emergência para acolher e receber imigrantes venezuelanos e grupos de comunidades indígenas.

Entre 2015 e 2018 migraram para o Brasil cerca de 88 mil venezuelanos e a maior parte deles se estabeleceu em Boa Vista, enquanto os indígenas permanecem em Pacaraima. A atual crise tem gerado também impactos de outro tipo nas interações de fronteira, posto que as dificuldades de abastecimento da Venezuela, agravadas pelo bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos (não acompanhado pelo Brasil), estão impulsionando o crescimento do fluxo de exportações (principalmente gêneros de primeira necessidade) dos estados de Roraima e Amazonas para esse país através da rodovia internacional Manaus-Caracas.

Territórios e fronteiras coloniais do presente

Além desses casos de tensões, fricções e conflitos fronteiriços, devemos lançar um rápido olhar para uma especialíssima herança da ordem mundial precedente e que é frequentemente ignorada pelos analistas da cena internacional atual. Subsiste no sistema internacional atual um total de 64 colônias, possessões, protetorados, dependências, domínios ou o nome que se queira dar aos povos e territórios cuja soberania é exercida alhures pelas antigas e novas, grandes e médias potências. Eles estão assim distribuídos: Reino Unido (17), França (16), EUA (14), Austrália (6), Noruega (3), Nova Zelândia (3), Dinamarca (2), Holanda (2) e China (2). Restam ainda os territórios sem qualquer forma de domínio soberano de estado nacional, como é o caso da Antártica, que é reivindicada por Argentina, Austrália, Chile, França, Nova Zelândia, Noruega e o Reino Unido e que se encontra atualmente sob a proteção do

Tratado Antártico de 1959.

Tais domínios coloniais são em sua maioria territórios insulares e que foram conquistados e mantidos até hoje sob formas de controle e administração que são exercidos por diversos modos. Em alguns casos, esses territórios foram incorporados aos sistemas políticos formais das Metrôpoles como estados ou departamentos (“do além-mar”), a exemplo do Havaí e de Porto Rico (EUA) e da Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica e Reunião (França). Parte deles está organizada para funcionar com governos e parlamentos locais vinculados ao estado controlador, casos daqueles pertencentes à Comunidade Britânica.

Em outros, trata-se de domínios, protetorados ou possessões envolvendo áreas continentais ou, o que é mais comum, uma ou um grupo de ilhas que são reunidas sob uma mesma denominação e que contam apenas com administrações coloniais locais. Caso fossem incluídas todas essas pequenas ilhas integradas a uma mesma administração, chegar-se-ia a uma centena de territórios coloniais espalhados pelo mundo. Alguns deles podem ser atualmente considerados coloniais clássicos, isto é, remanescentes dos impérios coloniais que foram construídos e mantidos pelas principais potências europeias, especialmente o Reino Unido e a França. Parte dos territórios insulares funciona atualmente como paraísos fiscais e áreas importantes de exploração de cassinos e do turismo internacional, sobretudo no Caribe e no Pacífico.

Há também os conflitos de soberania sobre territórios e suas fronteiras, como, por exemplo, os que envolvem os domínios coloniais franceses no Índico, agrupados no Departamento de Reunião, e que são reivindicados por Madagascar e por Ilhas Maurício. Os EUA, por seu turno, não reconhecem nenhuma das reivindicações sobre as terras da Antártica, aí incluída a “Terre Adélie”, parte dos domínios sob demanda francesa. Além disso, há as Ilhas Paracel, no Mar do Sul da China, que são de domínio chinês, mas reivindicadas pelo Vietnã e outros vizinhos e um caso emblemático desses conflitos, aquele que envolveu as Ilhas Malvinas (para os argentinos) ou Falklands (para os britânicos), ambos abordados acima.

A exemplo das Malvinas (ou Falklands), entretanto, muitas dessas ilhas isoladas e arquipélagos, e especialmente no caso daquelas pertencentes aos EUA, foram conquistadas em geral a partir do início do século XX e durante as duas guerras mundiais e, por isso, elas constituem domínios com significado estratégico explícito. Elas são utilizadas principalmente como bases militares navais e aeronavais (como Diego Garcia no Índico e Guam no Pacífico) e para desempenhar papéis diversos na logística militar regional ou global, tais como os postos avançados de suprimento, atracação e de apoio para navios de guerra, de monitoramento e controle de rotas navais e aéreas (como Ascensão no Atlântico) ou de pesquisas de interesse estratégico direto ou indireto. Em suma, elas funcionam como valiosos enclaves para manifestar ostensivamente o abrangente domínio dessa potência marítima em todo o mundo.

Comentário Final

Como última observação, essa breve exposição sobre territórios e fronteiras no mundo contemporâneo também tem o propósito de reafirmar nossa posição de que especialmente no nosso campo de estudos, é preciso submeter continuamente nossas teorias e aspirações por mudanças ao crivo da pesquisa científica sobre os processos, padrões e tendências dominantes no cenário mundial. Um bom começo pode ser a retomada das contribuições de pioneiros como Isaiah Bowman, que impregnado pelo que vivenciou em sua participação na Conferência de Paz de Versailles em 1919, publicou sua obra de referência (*The New World: Problems of Political Geography, 1921*) que nos apresenta detalhado quadro geral e uma síntese sobre a nova configuração geopolítica, os possíveis rumos e os desafios da política internacional no cenário mundial e particularmente europeu do pós-Primeira Guerra.

Além disso, retomar os trabalhos de Jacques Ancel (*Géographie des Frontières, 1938*) que em plena Segunda Guerra publicou seu estudo que reflete com rara criatividade as concepções dominantes na Geografia Humana e especialmente na Geografia Política francesas da sua época sobre esse tema e, ainda, os já citados trabalhos de Guichonnet e Raffestin e do próprio Foucher. E ainda que não se dedique diretamente ao exame das fronteiras, é imprescindível incorporar as contribuições de John Agnew e especialmente seu livro de 2009 *Globalization and Sovereignty: Beyond the Territorial Trap* que aborda o mundo contemporâneo de uma perspectiva teórica crítica e sofisticada em Geografia Política e em suas intersecções com as relações internacionais.

Sobre o *estado da arte* dos estudos sobre as fronteiras atuais, além de teses e dissertações em grande número, existe atualmente uma farta produção de *papers* acadêmicos abordando os temas da área de praticamente todos os países e regiões do mundo, com destaque para as publicações das revistas *Hérodote* (fundada por Yves Lacoste em 1976), *Political Geography*, *Geopolitics* e a franco-brasileira *Confins*. E como atualmente é imprescindível a intersecção da geopolítica com as áreas das relações internacionais e segurança & defesa, também é preciso incorporar a esse grupo publicações como a *Foreign Affairs* e a *International Security*, bem como os estudos e relatórios de institutos e *think tanks* internacionais de estudos estratégicos como o *SIPRI*, o *IISS* e o *CSIS*.

São Paulo, 1º de maio de 2023

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.